



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANDRÉA LÚCIA GUIMARÃES CARNEIRO**

**PROJETOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A  
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL: ANÁLISE  
DOS PROJETOS REALIZADOS PELA EMPRESA N. M. M. FIGUEIRA  
CONSULTORIA E PROJETOS**

**SANTARÉM-PA  
2023**

**ANDRÉA LÚCIA GUIMARÃES CARNEIRO**

**PROJETOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A  
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL: ANÁLISE  
DOS PROJETOS REALIZADOS PELA EMPRESA N. M. M. FIGUEIRA  
CONSULTORIA E PROJETOS**

Monografia apresentado ao Instituto de Ciências da  
Sociedade, Curso de Ciências Econômicas, para  
obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.  
Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos  
Santos

**SANTARÉM-PA  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- C289p Carneiro, Andréa Lúcia Guimarães  
Projetos de viabilidade econômica e financeira para a promoção do desenvolvimento econômico e regional: análise dos projetos realizados pela empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos./ Andréa Lúcia Guimarães Carneiro.- Santarém, 2023.  
53 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.
1. Projetos econômico-financeiros. 2. Desenvolvimento regional. I. Santos, Zilda Joaquina Cohen Gama dos, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 338.981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No quinto dia do mês de julho de dois mil e vinte e três, às dezesseis e trinta horas, na Sala 205/BSE/Unidade Tapajós/Ufopa, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **ANDRÉA LÚCIA GUIMARÃES CARNEIRO** (matrícula: 201601085), intitulada: "*Projetos de Viabilidade Econômica e Financeira para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Regional: análise dos projetos realizados pela empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos*" sob orientação da Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos que compôs a banca examinadora com o Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão e o Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 10,0.

Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos — Orientadora

Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão — Membro da banca

Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães — Membro da banca

Andréa Lúcia Guimarães Carneiro — Discente

Dedico este trabalho à toda a minha família. Em especial ao meu pai e avó (minhas maiores saudades).

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, pela minha vida, e por me ajudar a seguir no caminho do bem, com amor e perseverança.

Aos meus pais, pela educação e oportunidades.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo carinho e respeito mútuo.

Aos meus queridos avós (em memória), por seus ensinamentos e conselhos de vida.

Aos meus sobrinhos, por serem as minhas maiores alegrias.

As minhas tias, em especial, a tia Ana, pelos incentivos constantes.

A minha querida orientadora, Prof. Dra. Zilda Gama, que me guiou na condução desse trabalho, com muita paciência e conselhos primorosos.

Aos demais professores do instituto, pelos conhecimentos compartilhados. Meu agradecimento especial são para os professores Dr. Sandro Leão, Dra. Andréa Leão, M.Sc. Ênio Ramalho, Dr. Abner Vilhena, Dra. Auristela Castro, Wandicleia Sousa, Dr. Jarsen Guimarães e Dr. Raimundo Valdomiro.

Aos meus amigos de curso, Matheus Silva e Regina Gomes, pela amizade, companheirismo e incentivos.

A senhora Neuba Figueira pelo estímulo e apoio na realização dessa segunda graduação.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de mais essa etapa na minha vida. Obrigada!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do projeto de viabilidade econômica e financeira para a promoção do desenvolvimento econômico regional, tendo por base os projetos de ampliação, modernização e implantação realizados pela empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos. Para o cumprimento dos objetivos, a metodologia utilizada está baseada na pesquisa bibliográfica através de artigos, boletins e livros, para construção do aporte teórico. Nesse sentido, também se pode considerar como pesquisa qualitativa, na qual, analisou as experiências/portfólio de projetos da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos. Além disso, foram realizadas coletas de dados junto a sites oficiais com a finalidade de caracterizar o panorama do município de Santarém e região sobre suas atividades produtivas. A partir da análise dos dados da empresa supracitada, foram investigados 112 projetos aprovados e implantados desde o ano de 1998 a 2021, que por sua vez, constatou-se que estes geraram impactos econômicos e sociais positivos para o município de Santarém e municípios adjacentes, como geração de empregos, injeção de recursos na economia local, promovendo assim, o desenvolvimento da região. Contudo, a implantação dos projetos econômico-financeiros ainda enfrenta entraves para sua submissão e permanência de resultados positivos, ocasionados pelas características da região e pelo rigor das análises de projetos por meio das instituições financeiras.

**Palavras chaves:** Projetos econômico-financeiros. Desenvolvimento regional.

## **ABSTRATIC**

The objective of this work is to analyze the importance of the project of economic and financial viability for the promotion of regional economic development, based on the projects of expansion, modernization and implementation carried out by the company N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos. To meet the objectives, the methodology used is based on bibliographic research through articles, bulletins and books, to build the theoretical contribution. In this sense, it can also be considered as qualitative research, in which it analyzed the experiences/portfolio of projects of the company N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos. In addition, data were collected from official websites in order to characterize the panorama of the municipality of Santarém and the region about its productive activities. From the analysis of the data of the aforementioned company, 112 projects approved and implemented from the year 1998 to 2021 were investigated, which in turn, it was found that these generated positive economic and social impacts for the municipality of Santarém and adjacent municipalities, such as job creation, injection of resources into the local economy, thus promoting, the development of the region. However, the implementation of economic and financial projects still faces obstacles to their submission and permanence of positive results, caused by the characteristics of the region and the rigor of project analysis through financial institutions.

**Keywords:** Economic and financial projects. Regional development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema de elaboração de um projeto econômico-financeiro .....	26
Figura 2 - Composição do fluxo de caixa de um projeto econômico-financeiro .....	28
Figura 3 - Fluxo de caixa.....	29
Figura 4 - Ponto de equilíbrio de uma produção .....	30
Figura 5 - Valor Presente Líquido .....	31

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos municípios em que foram implantados projetos econômico-financeiros no ano de 2021.....	35
Tabela 2 - Perfil dos municípios por atividade (PIB) no ano de 2021 .....	36
Tabela 3 - Classificação do porte das empresas proponentes a financiamentos .....	40
Tabela 4 - Classificação das empresas com projetos deferidos e implantados .....	40
Tabela 5 - Situação das empresas proponentes de projetos implantados .....	44

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos projetos econômico-financeiros deferidos/ano .....	37
Gráfico 2 - Projetos implantados por tipo de atividade .....	38
Gráfico 3 - Distribuição dos projetos deferidos conforme objetivo do financiamento .....	39
Gráfico 4 - Impacto dos projetos na geração de empregos locais .....	41
Gráfico 5 - Investimento em projetos econômico-financeiros/município .....	42
Gráfico 6 - Empresas desativadas conforme o porte .....	45

## **LISTA DE SIGLAS**

Bacen - Banco Central do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para a Latino Americana e Caribe

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

TMA - Taxa Mínima de Atratividade

TIR - Taxa Interna de Retorno

VPL - Valor Presente Líquido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 CONCEITOS E DISCUSSÕES: DA TEORIA À PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 O Desenvolvimento Regional no Brasil: experiências e perspectivas .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 A Aplicação do Fundo Nacional de Financiamento do Norte (FNO) como instrumento da Política de Desenvolvimento Regional .....</b>	<b>21</b>
<b>2 CONTRIBUIÇÕES DA ENGENHARIA ECONÔMICA PARA ELABORAÇÃO/AVALIAÇÃO DE PROJETOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS ....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Conceitos iniciais.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Indicadores de Análise / Avaliação de Projetos .....</b>	<b>27</b>
2.2.1 Taxa Mínima de Atratividade (TMA).....	31
2.2.2 Valor Presente Líquido (VPL) .....	31
2.2.3 A Taxa Interna de Retorno (TIR).....	32
2.2.4 Payback – retorno do capital .....	33
<b>3 RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1 Panorama da Economia dos municípios da região .....</b>	<b>34</b>
<b>3.2 Os Projetos e seus impactos .....</b>	<b>36</b>
<b>3.3 As dificuldades dos projetos a Longo Prazo.....</b>	<b>43</b>
3.3.1 Análise crítica dos projetos não aprovados e/ou não concluídos .....	45
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Entende-se que o conceito de desenvolvimento compreende várias abordagens, como a econômica, regional/local e sustentável. Autores conceituados na área da economia desenvolveram teorias sobre o assunto ao longo dos anos, como: François Perroux, Mydal, Hirschman, Kaldor, Paul Grugman, Amartya Sen, entre outros (MENDES, et al., 2020).

No contexto brasileiro, o desenvolvimento regional está presente desde o século XIX, com as políticas para monitoramento do território amazônico e para crises sociais do Nordeste (DINIZ, 2009). No cenário atual de crise econômica e energética, além do fenômeno global da pandemia, torna-se necessário o fortalecimento da economia regional, com base nos agentes e nas cadeias produtivas locais como instrumentos de promoção ao desenvolvimento.

No Brasil as políticas voltadas para o desenvolvimento regional surgem desde a década de 1960, tendo como exemplo a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Contudo, somente no ano de 1988, período de redemocratização, que foi formalmente integrada como um dos objetivos na Constituição Federal para a redução das desigualdades regionais existentes no país. A partir desse marco, foram criados os fundos constitucionais com intuito de mitigar as disparidades e dinamizar as economias locais (MACEDO; PIRES; SAMPAIO, 2017).

Os fundos são considerados ferramentas de incentivo ao desenvolvimento regional através da modalidade crédito, cujos beneficiários são produtores, empresas (pequeno a grande porte), cooperativa e outros. Os financiamentos são aplicados por meio do recorte regional, sendo: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Esses fundos visam potencializar as atividades econômicas de acordo com o contexto regional, tais como: agropecuária, turismo, serviços entre outros (MACEDO; MATOS, 2008).

O FNO tem como objetivo promover o desenvolvimento da região Norte e conseqüentemente a redução da pobreza e das disparidades regionais, que por sua vez, está alinhando as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para a operacionalização do financiamento ocorre a necessidade de elaboração de plano/projeto condizentes com as exigências técnicas de cada área e com os critérios do fundo (BRASIL, 2021).

Neste sentido, os projetos de implantação, ampliação e modernização de empresas se destacam como uma alternativa para promoção de desenvolvimento econômico para região,

ao auxiliar através de investimentos em pequenas, médias e grandes empresas a injeção de recursos locais, com geração de renda e valorização da economia local.

Enfatiza-se que um dos instrumentos utilizados para essa projeção são os projetos de viabilidade econômica e financeira, que por sua vez reúnem um conjunto de informações, tanto da situação da empresa como das externalidades do mercado (WOILER, 2016).

A categoria elaboração de projetos de viabilidade econômica passa por diversas fases que buscam organizar informações de vários aspectos que demonstrem o panorama completo sobre a situação do investimento e expectativas futuras, de modo que possibilite a tomada de decisão sobre a execução.

Inicialmente, os projetos podem ser classificados de acordo com seu objetivo, logo, Woiler (2016) ressalta que a exemplo da atividade econômica que a empresa está inserida podem ser agrícolas, industrial ou de serviços. Já no que diz respeito ao olhar microeconômico podem-se classificar como projetos de implantação, ou expansão, ou modernização, entre outros.

Para a gestão de riscos e incertezas em torno da elaboração de projetos, uma grande aliada é a engenharia econômica que é considerada uma ciência que permite dialogar através de fenômenos racionais e exatos com fenômenos mais complexos, comportamentais e de difícil controle. É desse diálogo que surgem ferramentas que possibilitam diminuir os riscos e incertezas sobre o futuro sucesso ou não de investimentos (FERREIRA, 2009).

Essa engenharia permite realizar a avaliação econômica, a qual, baseia-se em um estudo que dará mais consistência na tomada de decisão do avaliador, em relação ao contexto do mercado, produtividade, receitas e custos. A engenharia econômica traz alguns indicadores que poderão auxiliar sobre a análise do investimento, como: critério do Valor Presente Líquido, critério da taxa interna de retorno; critério da série uniforme equivalente; critério do *Payback period* e critério da razão benefício/custo (FERREIRA, 2009).

Sendo assim, observa-se que são várias informações técnicas que precisam ser organizadas e coletadas de forma correta, para que assim seja possível elaborar um projeto com condições sólidas para uma avaliação e execução. Dito isso, torna-se evidente a necessidade e importância de profissionais/empresas capacitadas para desempenhar esse serviço de elaboração de projetos de viabilidade econômica e financeira.

Neste sentido, destaca-se como exemplo a empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos que ao longo de mais de uma década exerceu essa atividade em Santarém e municípios adjacentes. A empresa desenvolveu sua atividade na área de consultoria econômica, contudo sua especialidade era a linha do Fundo de Financiamento do Norte (FNO) para o setor

urbano, no qual possuem eixos de financiamento específicos para os mais variados portes de empresas, e suas respectivas finalidades e setores, como agroindústria, indústria, comércio, cultura, prestação de serviços, hotelaria entre outros (BRASIL, 2021).

Com isso, inicialmente, entende-se que ocorreram grandes injeções de recursos na economia regional, e, pressupõem que houve o aumento nos postos de empregos. Todavia, essa análise do impacto de pequenos a grandes projetos nas economias locais ainda é pouco explorada, ou talvez nula, no que concerne a produção acadêmica.

Desta forma, questiona-se qual a contribuição da elaboração de projetos de viabilidade econômica e financeira com enfoque na implantação, ampliação e modernização de empresas em Santarém e municípios adjacentes para a promoção do desenvolvimento econômico e regional, a partir da análise dos resultados da empresa N.M.M. Figueira Consultoria e Projetos?

Diante dessa problemática em questão, temos o seguinte objetivo geral: analisar a importância do projeto de viabilidade econômica e financeira para a promoção do desenvolvimento econômico regional, tendo por base os projetos de ampliação, modernização e implantação realizados pela empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

Com base no objetivo geral, serão necessários o cumprimento dos objetivos específicos, que são: apresentar o conceito de desenvolvimento econômico regional e a importância da engenharia econômica para elaboração de análises dos projetos; identificar os principais aspectos e dificuldades para a elaboração de análises de viabilidade econômica e financeira; e analisar o impacto dos investimentos dos projetos de viabilidade econômica e financeira na região, com base no portfólio de projetos realizados pela N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de artigos, boletins e livros, para construção do aporte teórico. Nesse sentido, também pode-se considerar como pesquisa qualitativa, na qual, analisou as experiências/portfólio de projetos da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos. Além disso, foram realizadas coletas de dados junto a sites oficiais com a finalidade de caracterizar o panorama do município de Santarém e região sobre as atividades produtivas, renda, número de empresas, PIB entre outras informações.

A escolha da temática, em grande parte deve-se a experiência profissional desta acadêmica, que ao longo de dez anos teve a oportunidade de trabalhar em um escritório de elaboração de projetos de viabilidade econômica e financeira, o qual tinha o enfoque em projetos para adesão de financiamento da linha do Fundo de Financiamento do Norte (FNO). A

atuação nessa área foi uma das grandes incentivadoras para iniciar a graduação em Economia, e, neste contexto é que vem a motivação e o porquê de propor tal estudo como projeto de Monografia.

Nota-se também que Santarém e municípios da região apresentam crescimento de empresas no setor do comércio, contudo, visualiza-se que grande parte dessas empresas trabalham na informalidade, e não possuem organização financeira, com isso há grandes chances para um futuro insucesso em seu investimento. Dito isso, considera-se de grande relevância econômica e social a elaboração de um estudo que tenha como foco a descrição de projetos de viabilidade.

Vale ressaltar que a área de elaboração de projetos tem sido pouco explorada, são poucos os profissionais que desenvolvem essa consultoria na região. Além disso, é uma área que pressupõem grande confidencialidade (mercado fechado) sobre os métodos de elaboração de projetos, onde trabalham profissionais da área de Economia, Administração e Contabilidade.

Diante dessa contextualização, e, conforme a problemática e objetivos desta monografia, o trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução, iniciando pelo referencial teórico, sendo que o primeiro capítulo discute sobre o conceito e principais aspectos do desenvolvimento econômico/regional e a importância do financiamento para a promoção do desenvolvimento; o segundo apresenta a importância da engenharia econômica e suas ferramentas para elaboração e análise de projetos; e o terceiro traz os resultados: os aspectos e dificuldades para elaboração e análise do impacto dos projetos econômico-financeiro com base no portfólio de projetos da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projeto.

## **1 CONCEITOS E DISCUSSÕES: DA TEORIA À PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO**

Nos últimos dois séculos muito se discutiu sobre o significado de desenvolvimento, sua conceituação, correntes teóricas e a aplicação em realidades distintas de países ou mesmo cidades. O estudo sobre o desenvolvimento desempenhou papel relevante para a constituição de políticas públicas e instrumento para elaboração de análises que mensuram qualidade de vida e crescimento econômico no cenário atual.

Daí a importância de compreender como se construiu esse percurso teórico, que se intensificou no período pós-guerra, devido a necessidade da busca de solução para os desequilíbrios econômicos e sociais existentes entre países e regiões, e posteriormente, com o fenômeno da globalização e criação de instituições globais.

O termo desenvolvimento assumiu diversos vieses ao longo do tempo, por algumas vezes surgiu como sinônimos de crescimento econômico, progresso, modernização, industrialização entre outros. Na economia regional, Cavalcante (2007) divide as abordagens teóricas em três momentos: as teorias clássicas de localização, as teorias de aglomeração e por fim, as teorias mais recentes de desenvolvimento regional.

Em relação as teorias clássicas de localização (1826-1956) destacam-se os autores Johann Heinrich von Thünen, Walter Christaller, Auguste Lösch e Walter Isard. Esses cientistas sociais, em sua maior parte alemã, elaboraram trabalhos utilizando, predominantemente, a geometria (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011). Os modelos teóricos desenvolvidos por essa corrente parte da premissa que “as decisões do ponto de vista da firma que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procura determinar a sua “localização ótima” (CAVALCANTE, 2007, pag.04).

Observou-se que nas teorias clássicas não se inclui em sua análise o fator externalidades, as quais são resultantes da aglomeração de atividades em determinado espaço. Contudo, a partir da década de 1950, as teorias de desenvolvimento regional com enfoque em aglomeração exploram essa abordagem de forma mais exaustiva.

Sendo assim, um dos trabalhos pioneiros nesse campo é do autor François Perroux, intitulado como polos de crescimento, o qual foi utilizado como base para elaboração de estratégias de planejamento para o desenvolvimento regional em vários países na década de 1950.

Na elaboração dos polos de crescimento, Perroux descreve duas peças essenciais, sendo a indústria motriz e a indústria movida, que impactariam positivamente para o aumento

das atividades em um fluxo que se retroalimenta dependendo do crescimento industrial. Para Perroux, diferentes dos clássicos, o desenvolvimento não ocorre no espaço/tempo de forma homogênea, ou seja, ocorreria em pontos ou conforme sua teoria em polos (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

De acordo com Lima e Simões (2010) na teoria de Perroux, o desenvolvimento estava intrinsicamente ligado nas diferentes estruturas econômicas, ou seja, no surgimento ou mesmo no crescimento de indústrias.

Na análise de Perroux, os polos de crescimento poderiam proporcionar o desenvolvimento de uma região através dos aspectos técnico, econômico, psicológico e geográfico. Sendo assim, as relações entre indústrias motrizes e movidas proporcionariam ganho técnico para aquela população, além de geração de emprego e renda, a possibilidade de aumento de investimento na região devido ao aumento de confiança nos rendimentos e efeitos das indústrias, além da infraestrutura implantada na região para dar condições de desenvolver as atividades (CAVALCANTE, 2007); (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

Em consonância com a vertente teórica de aglomeração, tem-se a contribuição conceitual de Myrdal, que argumentava sobre as divergências de economias ao longo de um período, assim explicando esse efeito por meio de sua teoria denominada de causação circular cumulativa. De acordo com Lima e Simões (2010), o insight de Myrdal é um dos propulsores na análise das desigualdades existentes entre países desenvolvidos, ou seja, que possui elevado nível de produção e países subdesenvolvidos, onde caracteriza-se por baixo nível per capita de renda.

Para Monasterio e Cavalcante (2011) a leitura de Myrdal sobre as disparidades regionais se apresentam como um fluxo que é retroalimentado, ou seja, virtuosamente ou mesmo de forma adversa dependendo de sua estrutura. Dito isso, Myrdal argumentava que países desenvolvidos, ou seja, que apresentam estruturas sociais e econômicas sólidas e atrativas possibilita cada vez mais o desenvolvimento de suas atividades, a melhora e captura de capital humano. No que se refere aos países subdesenvolvidos, seus problemas sociais, culturais e econômicos tendem a se manter, desta forma, criando uma lacuna para o alcance do nível de país/região desenvolvida.

Lima e Simões (2011) ressaltam que para sair desse estado de subdesenvolvimento, que se alimenta ao longo do tempo, seria necessária maior atuação estatal para mitigar esses efeitos negativos sobre o desenvolvimento.

Essa tendência de maior atuação estatal no planejamento do desenvolvimento, ou mesmo, na diminuição das desigualdades, são enfatizadas na teoria de Albert O. Hirschman,

com ênfase para o desenvolvimento econômico e como este pode se disseminar para outra região (LIMA; SIMÕES, 2011).

Contudo, a aplicabilidade dessas teorias de desenvolvimento não tinha o mesmo efeito para países subdesenvolvidos, com isso, os mesmos mantinham com altos níveis de desigualdades, enquanto os países desenvolvidos continuavam mais ricos e os países periféricos mantinham baixo nível de renda.

Em resposta a esse cenário, surgiu uma nova corrente que questionava as teorias de desenvolvimento convencionais da época, intitulada como Comissão Econômica para a Latino-Americana (CEPAL), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como objetivo de integrar os países latino americanos ao comércio internacional. Logo, um dos pilares da CEPAL foi o estudo sobre as raízes do subdesenvolvimento nos países periféricos e as possíveis soluções para esse estágio. Vale destacar que os principais teóricos dessa corrente são Raúl Prebisch e Celso Furtado (ANDRADE, 2018).

A teoria Cepalina era pautada na relação de países centrais e periféricos, com isso desenvolveu a teoria da dependência e a deterioração da troca no comércio internacional. Desta forma, os países centrais com o aumento da sua produtividade internalizavam os lucros, já os países periféricos, dado o aumento de sua produtividade, seus lucros seriam direcionados aos países centrais através da comercialização, já que a produção do mesmo eram de produtos de baixo valor, ou seja, os países subdesenvolvidos importavam produtos de elevado valor e exportavam produtos a preços baixos (RODRIGUES, 2020).

Na visão dessa primeira corrente Cepalina, a substituição de importação seria a solução para esse desequilíbrio, ou seja, o aumento da produção interna por meio da industrialização e, por conseguinte a diminuição de importação de produtos de elevado valor agregado, isto sendo coordenado pelo Estado seria uma das alternativas de os países latino-americanos diminuíssem a dependência dos países centrais e ao mesmo tempo, uma condição para a alavancagem da economia local (DINIZ, 2002).

É importante ressaltar que tais teorias foram essenciais para elaboração de políticas públicas, ou mesmo, foram ferramentas científicas para o estudo do desenvolvimento e suas aplicações. Conforme Monasterio e Cavalcante (2011) estão surgindo novas tendências teóricas nos quais os trabalhos se debruçam em análise menos racionalizada, na qual incluem fatores relacionado a reestruturação produtiva e o cenário internacional, por outro lado, têm-se a configuração de uma nova geografia econômica teoricamente racionalizada.

Com a breve apresentação de teorias sobre desenvolvimento acima, pode-se abrir a análise para aplicação das teorias de desenvolvimento regional no Brasil e suas experiências e aprendizados ao longo do tempo.

### **1.1 O Desenvolvimento Regional: experiências e perspectivas**

A preocupação com a questão desenvolvimentista no Brasil pode ser observada com mais constância a partir da década de 1930, no período conhecido como Estado-nacional desenvolvimentista, com a intensificação da industrialização, cujo estado torna-se responsável nesse plano de desenvolvimento do país. É importante salientar que nesse período as perspectivas desenvolvimentistas estão gradativamente cedendo espaço para as teorias Keynesiana, a qual pressupõem maior ação do Estado nas políticas públicas (PORTUGAL, MATTEO 2020).

Diniz (2009) relata que a questão regional pode ser notada desde o século XIX, porém ainda não teria essa nomenclatura. Esse período é marcado pela formação de comissões que visavam amenizar a problemática da seca no Nordeste e da ocupação territorial do vasto território amazônico, que por sua vez resultou no incentivo do governo de migração de pessoas de outros estados para a Amazônia.

No entanto, somente na Constituição de 1946 a preocupação com o desenvolvimento regional é formalizada por meio de um orçamento para fins de financiamento do desenvolvimento da região Nordeste e Amazônia. Em 1942 foi criado o Banco da Borracha que posteriormente se transformaria em Banco da Amazônia (BASA); e no ano de 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No que corresponde a região do Nordeste foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Destaca-se que ocorreu a disseminação ampla dessa abordagem regional, sendo assim criadas outras comissões para as demais regiões do país (DINIZ, 2009).

A partir da década de 1950, foram criadas instituições de grande importância para o desenvolvimento do país como: Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e o Banco do Nordeste (BNB). Além desses, um dos instrumentos do período para o crescimento econômico foi pautado no modelo de industrialização por substituição focado no mercado interno, porém esse modelo não alcançou os resultados desejados, dadas as características peculiares dos países subdesenvolvidos, e, por conseguinte, impactou na concentração econômica nos grandes polos e atingiu fortemente o endividamento externo e a inflação (LIMA; SIMÕES, 2010).

Lima e Simões (2010) destacam que muitos teóricos desse período tanto do Brasil, como de outros países, buscaram nas teorias de Myrdal, Perroux, Hirschman e entre outros, alicerces para construção de políticas públicas para a saída do estágio de país subdesenvolvido. Na interpretação desses teóricos, a receita para a evolução para estágio de desenvolvido seria a industrialização com a criação de polos e indústrias, nas quais esse processo seria coordenado pelo Estado.

Durante as décadas de 1930 a 1970 ocorreu intenso processo de urbanização, industrialização e a criação de redes de transporte que tinha como propósito realizar a integração entre regiões e maior fluidez da economia, contudo, foi, principalmente, a região Sudeste que experimentou maior impacto desses efeitos, assim também formavam os conglomerados industriais. Diniz (2002) em seu trabalho, detalha sobre esse crescimento/concentração nas regiões e cidades:

Por volta de 1970, pico da concentração regional no Brasil, o estado de São Paulo, com apenas 2,9% da área geográfica, participava com 19% da população, 39% do PIB e 58% da produção industrial do país, sendo que 44% da produção industrial brasileira estavam concentrados na sua área metropolitana (DINIZ, pag.10, 2002).

De acordo com Diniz (2002) o processo de urbanização e industrialização ocorreu em pontos concentrados do país, principalmente, onde as redes de transportes e de comunicação favorecem ao crescimento e integração econômica, além da concentração das atividades econômicas, como os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em conjunto com o aumento populacional e industrial ocorreu o aumento da pobreza e das desigualdades regionais. A exemplo tem-se o comparativo da expectativa de vida, no caso do nordestino na década de 70 era de 44 anos, enquanto o habitante do Sudeste era de 60 anos. Outro fator visível desse desequilíbrio seria o grau de analfabetismo, que para o nordestino era de 50% e para o Sudeste de apenas 20%, além dessas questões pode-se acrescentar as questões de infraestrutura (DINIZ, 2002).

Então observou-se que desde a década de 1930 a 1970, o Estado tem forte intervenção no planejamento do desenvolvimento, contudo, dado o insucesso e os efeitos corrosivos dessas ações, além do impacto da conjuntura internacional, isto resultou na mudança gradativa de abordagem na política do país, no qual o Estado passa a desenvolver apenas o papel regulatório (ANDRADE, 2018).

Desta forma, a década de 1970 é marcada pelo processo de enfraquecimento do planejamento regional. Devido a questões orçamentárias e fiscais o Estado perdeu a capacidade de implementar políticas de desenvolvimento regional no território, e conseqüentemente o

abandono das instituições até então estabelecidas em prol do desenvolvimento dos territórios, e conjuntamente a esses fatores, estava ocorrendo a crise global do capitalismo (ANDRADE, 2018).

No final da década de 1980, o país passa pelo processo de redemocratização, assim, surgindo um novo paradigma onde as funções do Estado passam a ser refletidas e redirecionadas, além disso ocorre o retorno da problemática das disparidades regionais aos debates e na agenda de planejamento de políticas públicas.

Entre 1980 a 2000 observa-se a reestruturação do planejamento nacional e das funções do Estado como indutor do desenvolvimento, além disso esse período é marcado pela consolidação da política de desenvolvimento regional por meio da criação dos fundos de financiamentos contínuos para as atividades produtivas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (MACEDO; MATOS, 2008).

## **1.2 A Aplicação do Fundo de Financiamento do Norte (FNO) como instrumento da Política de Desenvolvimento Regional**

A Constituição Federal de 1988 presume que sejam garantidas ações para o desenvolvimento econômico e social, assim dando condições aos cidadãos aos direitos básicos, com o objetivo de diminuir as desigualdades socioeconômicas. Na Constituição também está prevista o direcionamento de recursos para instituições públicas para serem utilizados como subsídios ao desenvolvimento (BRASIL, 1988).

Com base nos preceitos da Constituição Federal, foi no ano de 1989 através do art. 159, inciso I, que regulamentou a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e regional, através de programas de financiamento, executados pelas instituições financeiras públicas, nos setores produtivos em acordo com a política nacional de desenvolvimento.

De acordo com Macedo e Matos (2008) os fundos de financiamento são instrumentos relevantes para a promoção de desenvolvimento nessas regiões, pois oportunizam o dinamismo nas atividades locais e investimentos nas potencialidades regionais alinhados a Política Nacional de Desenvolvimento e ao Plano de sustentabilidade da Amazônia. De acordo com Macedo e Matos (2008, pag. 07-08), os recursos são coletados da seguinte forma:

A fonte de recursos é a alocação, pela União, de 3% da arrecadação do Imposto Sobre a Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na seguinte proporção: 0,6% para o FNO; 1,8% para o FNE, sendo metade para a região do semi-árido; e 0,6% para o FCO. São administrados, respectivamente, pelos Banco da Amazônia S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A e Banco do Brasil S/A (BB), que podem repassá-los a outras instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A partir do direcionamento de financiamento para as regiões com baixos indicadores de desenvolvimento, como o Nordeste e Norte, a transição para o século XXI vislumbra-se ações do Estado mais efetivas na organização espacial, na descentralização do governo, onde os municípios ganham maior autonomia sobre as decisões e investimentos em seu território, além disso, os direitos sociais garantidos em forma de lei, inaugura um novo período no planejamento de políticas públicas voltadas para desenvolvimento regional (MACEDO; PIRES; SAMPAIO, 2017).

Conforme Matos e Macedo (2008) os fundos de financiamento inicialmente estavam voltados, principalmente, para programas rurais e atividades nos ramos da agropecuária, turismo, serviços, minerais, entre outros. Vale destacar o crédito via PRONAF sendo predominante nas regiões Norte e Nordeste. De acordo com os Fundos de Financiamento os beneficiários prioritários eram os pequenos produtores e micro e pequenas empresas.

Segundo Macedo; Pires e Sampaio (2017) os Fundos Constitucionais de Financiamento passaram por duas fases, sendo a primeira fase o processo de implementação até o ano de 2002 e a segunda seria a partir do ano 2003, com as novas políticas públicas e um novo panorama institucional, essa fase reflete também no quantitativo de operações realizadas nesse período.

Até 1994, o número de operações foi em média quase 16 mil/ano enquanto nos oito anos seguintes passou para quase 86 mil/ano. Até 2002, o repasse anual da Secretaria do Tesouro Nacional foi sempre maior do que o montante de recursos contratados; a partir de 2003, isso se inverte e em todos os anos. Assim, os valores contratados ficaram acima dos repasses. Nesse segundo período, o número de operações - com média anual de 473 mil - e o montante contratado - com média anual de R\$ 12,7 bilhões - cresceram significativamente. Da mesma forma, o montante das contratações agregadas do FNO, do FNE e do FCO ampliou seu peso em relação ao PIB total das três regiões, em mais de 3 vezes, em média (MACEDO; PIRES; SAMPAIO, 2017, pag. 15).

Tais investimentos até o ano de 2002 foram fortemente impactados pelo panorama da economia nacional, que na década de 1990 passa pela abertura comercial e financeira e a readequação da economia não obteve um desempenho favorável, o que por sua vez resultou em um baixo nível de crescimento, o que aumentou a cautela em investimento, ou seja, a diminuição da demanda de investimentos no país. Já a partir do ano de 2003, têm-se a retomada

do crescimento econômico brasileiro, juntamente com o aumento de programas sociais e melhorias no salário, além do controle da inflação, ou seja, uma atmosfera otimista e atrativa para investimentos (MACEDO; PIRES; SAMPAIO, 2017).

Em relação a alocação dos recursos dos Fundos Constitucionais, Macedo e Matos (2008) demonstram através da análise das aplicações, que grande parte desses financiamentos estão concentrados nas capitais dos estados e nas cidades com maior nível econômico e de habitantes, como é o caso de Marabá, desta forma, ocasionando um desequilíbrio interno nos estados.

Por outro lado, os mesmos autores, ressaltam a importância desse financiamento para a criação de novos postos de empregos. Segundo a análise dos dados de investimentos dos fundos no período de 1990 a 2005, o FNE (4.462.640 empregos) foi o que mais gerou empregos, seguido pelo FNO (832.265 empregos) e FCO (590.275 empregos).

Ainda que os Fundos apresentem dificuldades em cumprir seus próprios objetivos, ainda é um valioso instrumento da política de desenvolvimento regional, principalmente para as áreas interioranas que necessitam de incentivo para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e para possibilitar melhorias sociais e econômicas para população local.

## **2 CONTRIBUIÇÕES DA ENGENHARIA ECONÔMICA PARA ELABORAÇÃO/AVALIAÇÃO DE PROJETOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS**

O ramo da engenharia econômica não é tão recente no contexto acadêmico ou na aplicabilidade empresarial, Nakano no ano de 1967 já realizava análises críticas acerca da importância da engenharia econômica para os países em desenvolvimento, assim considerando-a como engrenagem para tomadas de decisões das empresas modernas, que por sua vez, tinham o objetivo de cada vez mais racionalizar a eficiência de suas alternativas.

O avanço do diálogo entre a economia e a engenharia oportunizou o surgimento de várias ferramentas que buscam desenhar o melhor cenário para tomada de decisão, não somente diante da visão do lucro, mas também vem incorporando, recentemente, novas perspectivas e condições que buscam verificar o impacto social e sustentável dessas alternativas. Nas subseções seguintes serão abordados conceitos iniciais e metodologias de análises para elaboração e análise de projetos.

### **2.1 Conceitos iniciais**

Atualmente, observa-se que existe maior volume de disponibilidade de crédito no mercado e um leque de facilidades que se adequam de acordo com o propósito do empresário, o que por sua vez, os torna uma alternativa atraente para as empresas investirem no crescimento do seu próprio negócio.

Todavia, a solicitação desse recurso financeiro pode contribuir para um futuro próspero da empresa, ou para seu endividamento. Para tomada de decisão do agente financeiro ou do empresário, existe a necessidade de normatizar as informações do possível investimento, como: a análise da estrutura da empresa e sua capacidade produtiva, os fatores exógenos que podem influenciar na dinâmica do empreendimento que podem impactar na demanda/oferta do serviço, simular o retorno do investimento, os custos e benefícios.

Partindo dessa argumentação, ressalta-se que a elaboração/avaliação de projetos econômico-financeiros se utiliza da abordagem financeira, que leva em consideração as informações do fluxo de caixa, produção e rentabilidade, assim utilizando de ferramentas que demonstram positiva ou negativamente a viabilidade ou retorno do investimento.

Em relação à abordagem econômica, Ferreira (2009) discorre de forma mais detalhada sua aplicação no contexto de tomada de decisão e elaboração de projetos:

... Presta-se ao estudo de apoio à tomada de decisão privada e/ou pública relacionada ao projeto. Justifica-se o seu emprego num ambiente de economia de mercado para os projetos empresariais ou governamentais, quando esses primeiros são demandantes de fundos públicos junto as instituições de governo de incentivo ao fomento de novos projetos ou da ampliação e modernização dos existentes. Essa avaliação econômica é acompanhada por um estudo de mercado (micro e macroeconômico), escala de produção (tamanho do projeto), localização (micro e macrolocalização), engenharia do projeto (estudos técnicos contidos na elaboração do produto ou do serviço a ser oferecido pelo projeto), receitas (diretas e indiretas) e custos (de inversão, fixos e variáveis). Na disputa por recursos públicos limitados pelos orçamentos governamentais, além da rentabilidade financeira exigida, há necessidade de se quantificar e qualificar a contribuição do projeto como um todo ao bem-estar da população e a sua participação para os objetivos da política econômica dos governos federal, estaduais e /ou municipais (FERREIRA, 2009, pag. 40-41).

Para Ferreira (2009) os aspectos financeiros e econômicos são inerentes a avaliação e elaboração de projetos, e por sua vez, quando se utiliza de fundos institucionais são exigidas análises mais rigorosas e abrangentes, que podem considerar os benefícios que a implantação/modernização do projeto agregará para população local e, também, se ocorrerá impacto ao meio ambiente ou adesão de práticas sustentáveis nas atividades desempenhadas na empresa.

De acordo com Buarque (1994) a elaboração de projetos econômico-financeiros é constituída por várias fases, algumas já listada acima por Ferreira (2009), que são as seguintes: concepção da ideia e sua respectiva justificativa, o estudo de mercado, estudo de macro e microlocalização, a engenharia, análise de custos e receitas, a meritocracia do projeto e a sua devida comprovação de rentabilidade. Além desses itens informados acima, vale ressaltar que também fazem parte do projeto um conjunto de documentos de exigências legais para análise, de acordo com cada norma de instituição financeira. Partindo desses princípios argumentados pelos autores acima, fica esquematizado as condições necessárias para elaboração/avaliação de projetos econômicos.

Figura 1 - Esquema de elaboração de um projeto econômico-financeiro



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Conforme esquema elaborado acima, pode-se observar os fatores essenciais para elaboração de um projeto. Todavia, vale salientar que a elaboração final deve considerar a linha de crédito solicitante, ou seja, o projeto deve se adequar as diretrizes e objetivos da linha de crédito escolhida. A exemplo, tem linhas que priorizam a rentabilidade do negócio, porém outras consideram tanta a rentabilidade quanto os efeitos que podem proporcionar na economia local e no impacto ambiental.

Para Nakano (1967) a Engenharia Econômica cumpre o objetivo de racionalizar a melhor escolha, pois busca conciliar a eficiência tecnológica com a eficiência econômica, afim de entregar o melhor resultado/escolha para a empresa. Por outro lado, acrescentando a questão de desenvolvimento econômico, o autor, enfatiza que a otimização do lucro não é o único componente a ser levado em consideração, mas sim os efeitos que o investimento proporcionaria para a sociedade e economia local.

No que concerne os riscos do investimento no projeto, alguns estudos em áreas afins, apontam a utilização da Engenharia Econômica como forma de minimizar os riscos do negócio e sua rentabilidade, e também, sua importância para o mercado de uma forma geral. Como exemplo no estudo de Vilela et.al. (2013) que tinha o objetivo de verificar a viabilidade econômico-financeira da implantação de tanques escavados de piscicultura da cultura de tambaqui, no qual utilizou-se das ferramentas da engenharia econômica, baseados também nas informações de balanços contábeis da empresa, traçou-se uma estimativa de amortização e retorno do investimento, contudo verificou-se que o projeto não era economicamente viável.

No estudo de Loureiro et. al (2021), ainda na área da piscicultura, tinha o objetivo de verificar a viabilidade econômica de implantação de tanques escavados de um produtor no município de Tome-Açu. Neste estudo de caso, o resultado da pesquisa foi positivo, isto demonstrado por meio da análise do fluxo de caixa, ponto de equilíbrio, Taxa Interna de Retorno (TIR), Valor Presente Líquido (VPL) e *Payback*. Tais resultados foram satisfatórios pois além de utilizar a taxa de um financiamento local, evidenciou-se que o produtor teria retorno positivo a partir do segundo ano de implantação.

Ainda pesquisando referências de estudos acerca da temática, destaca-se o trabalho de Strachoski (2011) na área de Ciências Contábeis, o qual investigou a viabilidade econômica de um projeto em uma indústria de artefato de cimento, que tinha a finalidade de aquisição de maquinário para melhorar a produção. De acordo com a metodologia aplicada, verificou-se bons resultados em relação ao valor presente líquido, com ótima perspectiva de lucratividade, com o *payback* indicando o retorno em 18 meses.

Então, por isso, muito se utiliza as ferramentas da Engenharia Econômica, tanto pela parte ofertante do crédito, quanto a própria empresa. No que concerne os projetos econômico-financeiros, sua elaboração tem a finalidade de traçar o panorama a curto e longo prazo da produção da empresa e de sua rentabilidade, bem como a capacidade de amortização do financiamento.

Para isso, tem-se algumas ferramentas que auxiliam na estimativa dessa projeção, como a Taxa Interna de Retorno (TIR), o tempo de retorno do investimento denominado de *Payback*, a Taxa Mínima de Atratividade (TAM), Valor Presente Líquido (VPL), e ainda a utilização dos modelos de amortização de acordo com a modalidade creditícia, que será detalhada na próxima seção.

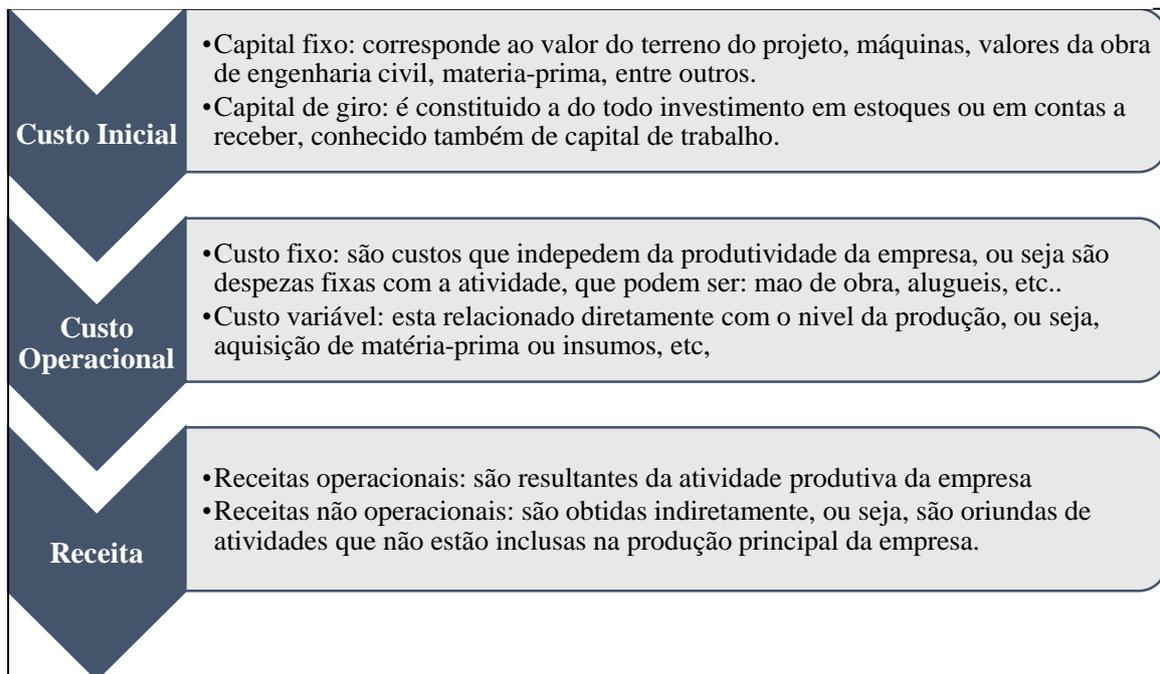
## **2.2 Indicadores de Análise / Avaliação de Projetos**

Esta subseção tem o objetivo de descrever alguns dos principais indicadores/fatores utilizados na elaboração e avaliação de projetos econômico-financeiros, que são eles: fluxo de caixa, Taxa Mínima de Atratividade (TMA), Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e *Payback* (retorno do investimento). Vale destacar que tais indicadores são básicos para qualquer análise de investimento, porém com o avanço das análises foram surgindo novos indicadores e perspectivas. Contudo, para tal estudo irá abordar os indicadores básicos e a importância da organização contábil da empresa solicitante do crédito, bem como, o total

controle do seu fluxo de produção, ou seja, desde a relação dos custos fixos, fornecedores, demanda, receita, entre outros fatores.

Inicialmente, é necessário discutir algumas variáveis que irão impactar diretamente no resultado dos indicadores, principalmente, o fluxo de caixa do projeto, o qual é formado pelo custo inicial (capital fixo + capital de giro), receita e custo operacional. Para compreensão desse fluxo, foi elaborado um esquema ilustrativo que possibilita entender o passo a passo e a parte conceitual dos componentes desse processo.

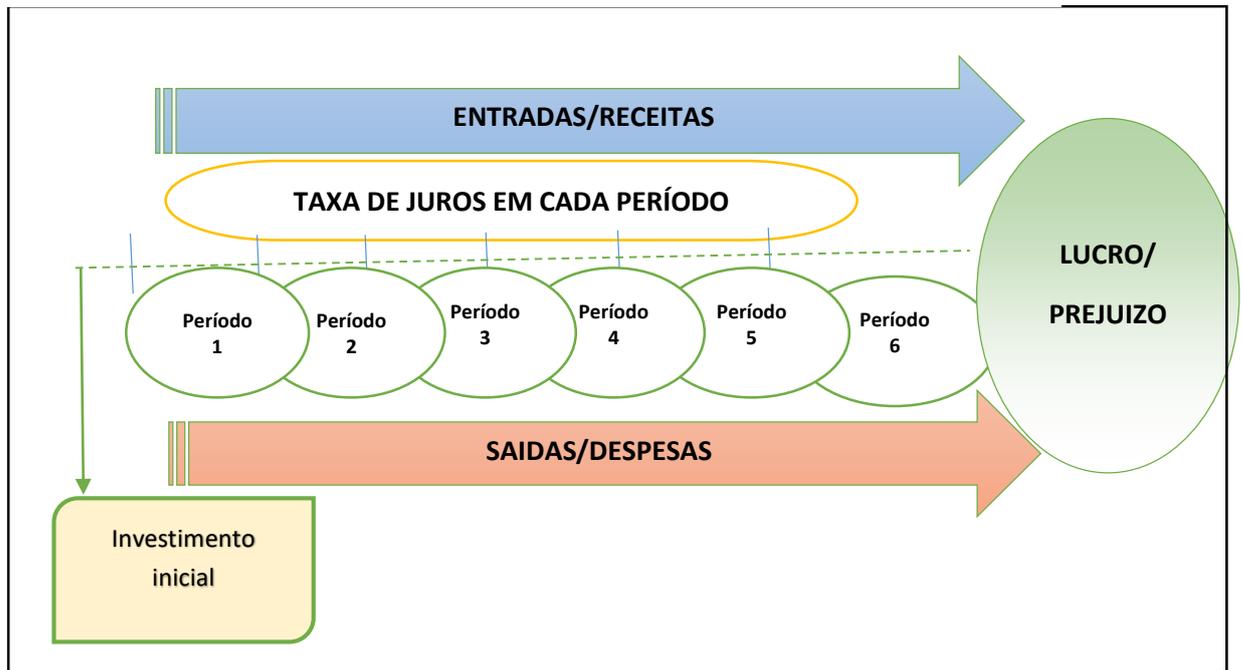
Figura 2 - Composição do fluxo de caixa de um projeto econômico-financeiro



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Ferreira (2009)

Através da figura 02, pode-se organizar o fluxo de caixa de um projeto para estimar a rentabilidade e capacidade de pagamento creditícia do financiamento ao longo dos anos, por isso, é relevante a organização do empreendimento para construção do fluxo de produção, levando em consideração suas saídas e entradas ao longo do período de investimento e taxa de juros estimada. Abaixo observa-se o exemplo ilustrativo de um fluxo de caixa.

Figura 3 - Fluxo de caixa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

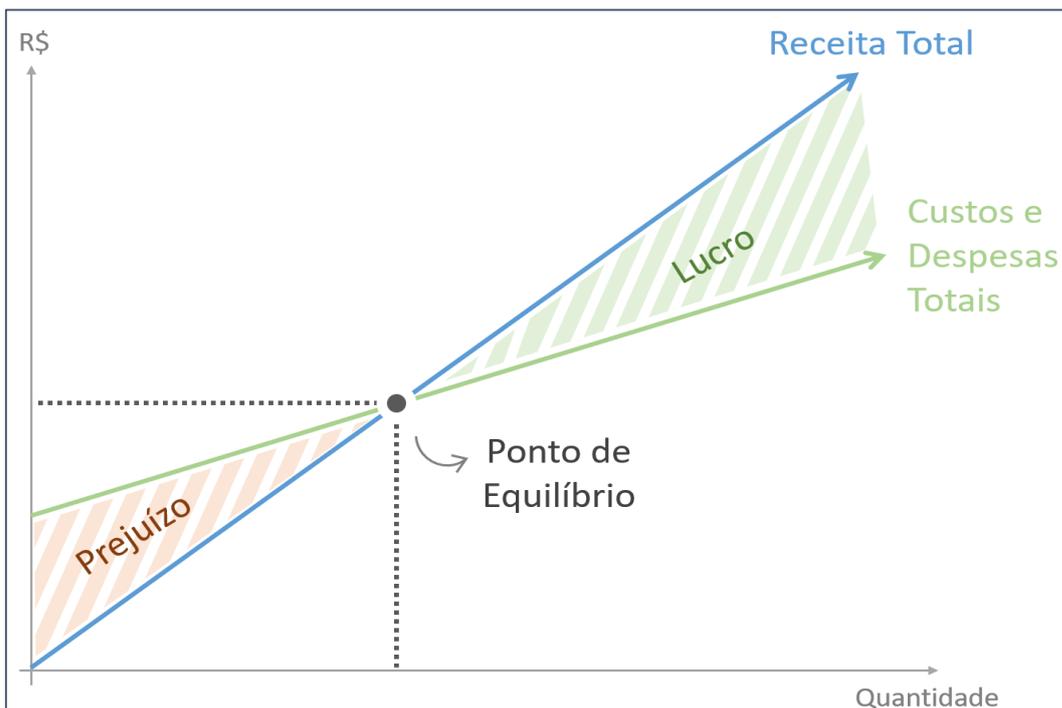
A partir da ilustração acima é possível verificar a série histórica de uma hipotética empresa, com investimento inicial e controle de suas receitas e custos no decorrer do período, isto considerando a taxa de juros do investimento inicial, logo ao final do período de amortização poderá constatar se a empresa terá a capacidade de pagar o investimento inicial, isto incluindo os juros acordado, com o nível de sua produção, ou outro cenário é a incapacidade de gerar receitas acima dos custos ao final do período de investimento, assim gerando prejuízo.

Compreendendo esses dois cenários descritos, são necessárias diversas informações do fluxo de produção, para que assim possa ser construído esse fluxo. Neste sentido, Buarque (1994, pag. 30) reforça o que será, no mínimo, necessário para extrair as receitas e custos de um empreendimento: “As receitas e os custos são determinados dentro de um conjunto de hipóteses bem definidas quanto ao tamanho da unidade, o programa de produção, os preços, os coeficientes técnicos, os preços de matérias-primas etc.”.

Soldera e Kühn (2018) reafirma a importância do fluxo de caixa, bem como caracterizando-os como um dos mais simples instrumentos financeiros que são essenciais nos empreendimentos, pois através deste pode-se observar a movimentação financeira no decorrer do tempo, das entradas e saídas e assim ter controle do volume de produção em determinado período.

Entendendo o funcionamento do fluxo de caixa e de posse dos registros de receitas e custos, o empreendedor poderá prever um ponto de equilíbrio da respectiva produção. Através deste é possível ter uma prévia de quanto e qual o valor para produzir em um determinado período, de modo que possa sanar os custos e ainda gerar lucros (SOLDERA; KÜHN, 2018). Abaixo observar-se o gráfico representativo do ponto de equilíbrio:

Figura 4 - Ponto de equilíbrio de uma produção



Fonte: Google (2023)

Na figura 04 é possível verificar que em determinado ponto há um equilíbrio entre os custos/despesas totais e a receita, ou seja, nesse ponto X, o nível de produção consegue sanar todos custos e despesas e gera um lucro = 0, desta forma acima desse nível de equilíbrio a firma passa gerar lucros. Essa análise é essencial para o conhecimento da empresa e imprescindível para avaliação e elaboração de projetos econômicos e financeiros, pois desenha o cenário em que período o nível de produção a empresa conseguirá sanar custos e gerar lucros. No próximo item será abordado uma das condições básicas para validação da estimativa de rentabilidade do projeto, que é a Taxa Mínima de Atratividade.

### 2.2.1 Taxa Mínima de Atratividade (TMA)

Conforme Ferreira (2009) a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) é considerada uma taxa de juros de atualização das receitas e despesas, ou também, pode ser considerada a taxa de juros utilizada no mercado financeiro para investimentos com risco nulo (renda fixa).

De acordo com autor acima, essa taxa é considerada como referência na análise do ponto de vista de outras instituições, pois representa o custo de oportunidade de estar investindo em determinado capital, sendo esta considerada a maior taxa no mercado financeiro disponível aos rentistas. Sendo assim, a aplicação dessa taxa no projeto possibilitaria equiparar se o investimento X dará rentabilidade satisfatória ou não. No entanto, Ferreira (2009) alerta que em muitos casos são utilizadas pelo menos três taxas mínimas de atratividade, que irá de um cenário favorável até um cenário pessimista.

Melle (2002) argumenta que TMA é um parâmetro que o investidor/empresário utiliza para comparar o grau de retorno desejável, ou seja, o custo de oportunidade de estar investindo na empresa “X” e não na empresa “Y”, de modo que proporcione ganhos favoráveis ao longo do tempo.

### 2.2.2 Valor Presente Líquido (VPL)

O critério Valor Presente Líquido é muito conhecido na literatura financeira e na engenharia econômica, esse indicador é visto como um dos parâmetros para análise de rentabilidade de investimentos, neste caso, na avaliação de projetos econômico-financeiros.

De acordo com Ferreira (2009) o VPL é um critério comumente utilizado para atualizar o fluxo de caixa de determinado empreendimento, ou seja, o mesmo possibilita atualizar os valores de receita, custos e lucros a longo prazo. Baseado em uma taxa mínima de atratividade (TMA), possibilita uma estimativa mais realista sobre o investimento ao longo do tempo. Abaixo apresenta-se a fórmula do VPL.

Figura 5 - Valor Presente Líquido

$$\text{VPL} = \text{FC}_0 + \frac{\text{FC}_1}{(1+i)^{t_1}} + \frac{\text{FC}_2}{(1+i)^{t_2}} + \dots + \frac{\text{FC}_n}{(1+i)^{t_n}}$$

Tem-se:

FC – Fluxo de caixa

i – Taxa mínima de atratividade

n - Período (tempo)

Melle (2002) argumenta que esse método possibilita a comparação no fluxo de caixa do investimento por meio da aplicação da TMA, logo compara-se os fluxos presentes de entrada e saída atualizados, se o valor obtido for igual ou maior que zero, então o projeto é viável. No entanto Ferreira (2009) pontua que quando o valor for igual a zero é porque o projeto apresenta lucros normais, ou seja, idênticos ao mercado financeiro, porém se for menor que zero, representa prejuízo ao empreendedor.

### 2.2.3 A Taxa Interna de Retorno (TIR)

A Taxa Interna de Retorno é um dos indicadores mais importantes na avaliação do projeto, visto que será uma medida de retorno do investimento inicial em relação a taxa de atratividade empregada na análise. Sendo assim, possibilita verificar se o empreendimento ao longo do tempo será mais rentável do que aplicar em outro investimento financeiro.

Ferreira (2009) enfatiza que a TIR é um dos métodos mais utilizados no mercado e de fácil compreensão, haja visto que “como o próprio nome indica representa a taxa de rentabilidade interna ou de lucro de uma proposta de investimento fornecida pelo seu fluxo de caixa”. De acordo com ambos os autores, a TIR pode ser encontrada quando se iguala o VPL a zero.

Como método de avaliação de rentabilidade do projeto a TIR assume o papel de validar ou não o investimento. Sendo assim, confrontando-a com a taxa de juros aderida no projeto, temos a seguinte interpretação sobre o cenário:

- $TIR > TMA$  – O projeto apresenta lucro econômico
- $TIR = TMA$  – O projeto apresenta lucro nulo
- $TIR < TMA$  – O projeto apresenta prejuízo

Porém vale destacar que a TIR não deverá ser utilizada como única ferramenta, e sim deve ser acompanhada com a interpretação conjunta com os demais indicadores econômico-financeiros, para que assim possa gerar maior confiabilidade no investimento.

#### 2.2.4 Payback – retorno do capital

O método de retorno do capital, também conhecido como métodos de período de retorno que pode ser simples ou descontado, são conhecidos como *payback* (MELLE, 2002). De acordo com esse autor é um método muito utilizado, embora não apresente tanta confiabilidade em relação às análises mais complexas de investimentos.

Ferreira (2009) acrescenta mais um tipo de indicador sendo o *payback* acumulado. Para esse autor, de um modo geral, o *payback* possui fácil interpretação, pois reflete o resultado do tempo de retorno de um capital investido em X empresa, porém esse parâmetro realiza uma análise apenas sobre a ótica de recuperação do capital investido inicialmente, e com isso, não apresenta as vantagens econômicas na escolha do projeto.

Partindo para a conceituação dos *paybacks*, primeiramente tem-se o *payback* simples que está relacionado na busca do período que ocorrerá a recuperação do capital investido inicialmente, aplicando a taxa mínima de atratividade e confrontando com os lucros ao longo do processo. Já o *payback* descontado e acumulado não possui muitas diferenças em seus resultados, sendo que o primeiro tem a metodologia de descontar os lucros operacionais para o período inicial e assim somar com o investimento inicial e o segundo apenas faz a função de acumular o investimento inicial aos lucros operacionais ao longo do planejamento até que este fique nulo (FERREIRA, 2009).

Desta forma, essa seção buscou apresentar os principais indicadores para elaboração e análise de projetos econômico-financeiros, porém é importante salientar que existem outros indicadores técnicos que poderão ser utilizados em uma análise, contudo, o objetivo do trabalho é realizar uma abordagem direta, prática e de fácil compreensão para os demais leitores.

### **3 RESULTADOS**

Neste capítulo serão apresentados os resultados, observando os aspectos, dificuldades e impactos dos projetos econômico-financeiro, com base no portfólio de projetos da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos, além de relacionar como a luz das estratégias de promoção do desenvolvimento na região local por meio da linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

O estudo sobre os impactos desses projetos econômico-financeiros na região abrange a linha temporária de 23 anos, dado que o marco inicial das atividades da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos ocorreu no ano de 1998 e o encerramento de suas atividades foi no ano de 2021. É importante ressaltar que a especialidade da empresa era direcionada a projetos e plano de negócio pelas linhas do Fundo de Financiamento do Banco da Amazônia para atividades não rurais.

Os projetos analisados, deferidos e implantados estão localizados em sua grande parte no município de Santarém, porém, também foram executados em outros municípios do estado Pará, como Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Novo Progresso, Rurópolis, Oriximiná, Óbidos, Placas e Uruará.

É importante ressaltar que o FNO dispõe de linhas de crédito desde o produtor rural até as grandes empresas, além disso, o plano de financiamento estratifica suas linhas de acordo com o perfil e tipos de atividades, sendo rural ou urbano. A partir dos anos de 2000 o FNO vem inserindo e disseminando linhas condicionadas aos parâmetros sustentáveis e de inclusão.

Para entender a importância dos projetos econômico-financeiros para a região, é necessário contextualizar as principais atividades, o nível do produto, o tamanho do município, entre outros aspectos. Na seção a seguir será caracterizado esse panorama nas cidades que ocorreram os projetos.

#### **3.1 Panorama da Economia dos municípios da região**

O estudo abordou projetos implantados em 11 municípios do estado Pará, contudo, a maioria destes estão localizados no município de Santarém. Para compreender a importância da implantação de projetos econômico-financeiros na região como instrumento para o desenvolvimento, torna-se necessário contextualizar o perfil desses municípios em aspectos econômicos como também sociais.

Os municípios onde os projetos foram implantados, exceto Santarém, são municípios de pequeno porte com a densidade populacional baixa e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) considerados de médio desenvolvimento. Abaixo é possível verificar o perfil de cada município.

Tabela 1 - Perfil dos municípios em que foram implantados os projetos econômico-financeiros no ano de 2021

	População	População ocupada	PIB municipal	IDHm
Santarém	308.339	15,8%	4.866.221,82	0,691
Alenquer	57.390	5,5%	669.795,52	0,564
Itaituba	97.493	15,9%	2.326.438,06	0,64
Juruti	47.086	9,8%	1.302.484,08	0,592
Monte Alegre	58.289	5,8%	678.412,28	0,589
Novo Progresso	25.768	19,7%	726.498,52	0,673
Óbidos	52.473	8,4%	865.386,31	0,594
Oriximiná	74.921	9,1%	1.950.760,14	0,623
Placas	32.325	4,1%	297.641,22	0,552
Rurópolis	52.473	5,0%	387.693,59	0,548
Uruará	45.395	7,2%	676.965,28	0,589

Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do IBGE/CIDADES.

Conforme pode-se visualizar na tabela 01, é nítido que o município de Santarém detém maior dinamismo, isto dado o seu PIB e sua densidade populacional de 12,87 habitantes/km (IBGE, 2021). Atualmente o município de Santarém é o sétimo município no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado do Pará, com grande parte de sua receita empenhada no setor de serviços (exclusivo da administração pública).

Contudo, visualiza-se o crescimento dos municípios de Itaituba, Juruti e Oriximiná, que são impulsionados, em grande parte, pela indústria. Quanto aos tipos de atividades predominantes nos municípios proponentes à implantação de projetos, abaixo pode-se observar a produção por tipo de atividade:

Tabela 2 - Perfil dos municípios por atividade (PIB) no ano 2021

	Agropecuária	Industria	Serviços	Administração Pública
Santarém	353.122,16	592.395,22	2.621.769,79	1.298.934,65
Alenquer	264.638,69	23.391,63	131.941,05	249.824,15
Itaituba	140.244,65	587.805,73	1.123.614,04	474.773,64
Juruti	171.431,41	549.511,49	279.013,97	302.527,21
Monte Alegre	236.034,89	29.100,52	160.661,83	252.615,04
Novo Progresso	176.827,04	118.780,52	288.751,72	142.139,24
Óbidos	419.448,00	56.363,16	148.748,49	240.826,66
Oriximiná	248.249,13	1.289.234,14	160.661,83	252.615,04
Placas	118.346,40	9.140,05	46.291,37	123.863,40
Rurópolis	80.530,38	32.664,36	86.648,76	187.850,09
Uruará	279.573,85	34.645,24	169.046,74	193.699,45

Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do IBGE/CIDADES.

Na tabela acima, apresenta-se o perfil das atividades de cada município. Santarém possui 53,9% do PIB destinado a serviços e 12,2 % para indústria, já os municípios menores, como por exemplo Alenquer, Monte Alegre, Placas, Óbidos e Uruará, seus PIBs estão concentrados na atividade agropecuária e em serviços públicos.

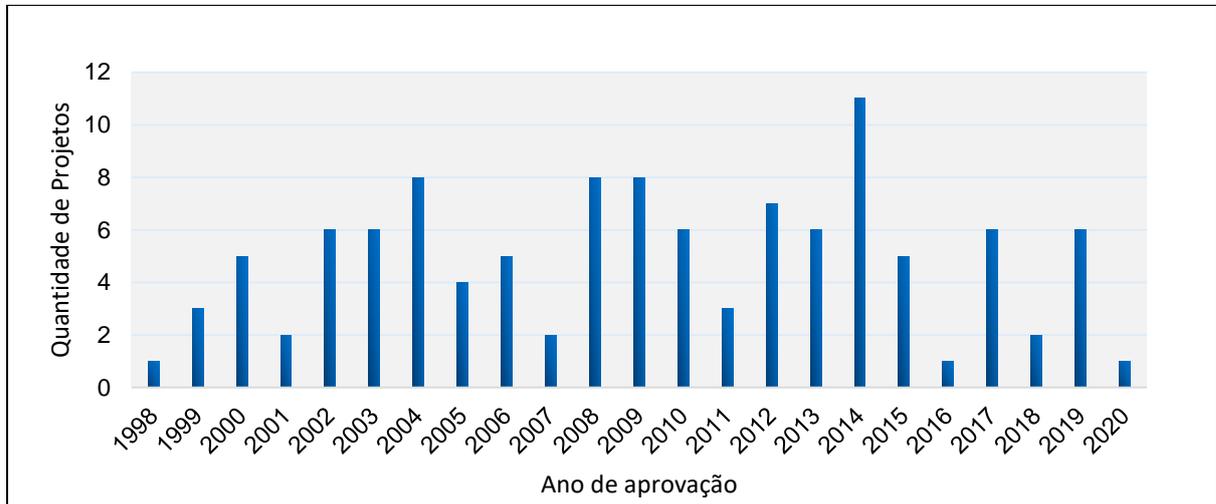
Os municípios menores, como observado, possuem ainda baixo dinamismo econômico, o que por sua vez impacta nos postos de empregos, como observou-se na tabela 02. O percentual de população ocupada é muito baixo quando se relaciona com o total de habitantes/município, isto por sua vez reflete na qualidade de vida da população local. Desta forma, a implantação de projetos é um instrumento importante para fortalecer as economias locais e impactar positivamente em aspectos sociais. Na próxima seção será abordado os impactos dos projetos implantados nos municípios da região amazônica.

### 3.2 Os Projetos e seus impactos

Conforme portfólio da empresa N. M. .M. Figueira Consultoria e Projetos foram elaborados o total de 122 projetos/planos no decorrer de mais de duas décadas, todos submetidos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). A partir desses

registros, foi informado que apenas 112 projetos obtiveram o deferimento e foram efetivamente implantados. No gráfico 01, apresenta-se a distribuição em períodos desse quantitativo.

Gráfico 1 - Distribuição dos projetos econômico-financeiros deferidos/ano

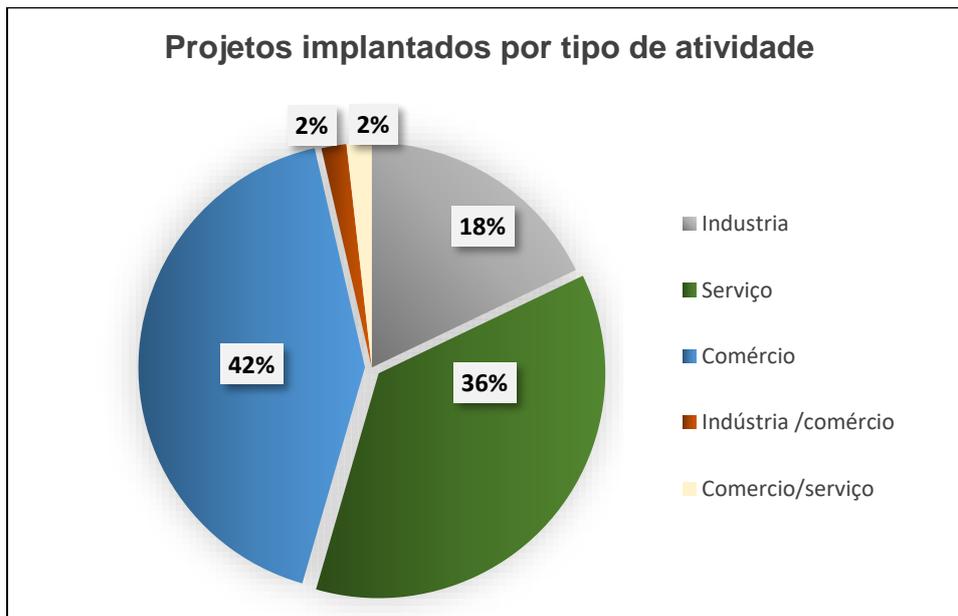


Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

As diretrizes da política de FNO estão pautadas na mitigação das desigualdades regionais e alinhadas no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com isso, possui alguns importantes aspectos de serem enfatizados, como as prioridades de investimentos em municípios considerados com baixa renda e baixo dinamismo (BRASIL 2021). Outro aspecto abordado é o fator porte da empresa/agricultor e atividade, logo, conforme os Planos de Aplicações do FNO, as prioridades são micro e pequenos empreendimento e pequeno agricultor e as atividades são voltadas para as áreas urbana ou rural.

No trabalho foram abordados apenas projetos classificados como não rurais. Neste sentido, o FNO distribui a disponibilidade de recursos para financiamentos em áreas de indústria e agroindústria, turismo e cultura, comércio, serviço e exportação, micro empreendimentos e infraestrutura. Ressalta-se que o FNO possui algumas condições enquanto atividade a serem financiadas, como por exemplo: o não financiamento de jogos de azar e motéis; pessoas jurídicas com pendências trabalhistas, atividades que não se alinhem as políticas de preservação de ambientes, entre outras condições (Banco da Amazônia) (BRASIL, 2021). A partir das condições e atividades apresentadas, no gráfico a seguir visualiza-se a distribuição das atividades financiadas no período de 1998 a 2021.

Gráfico 2 - Projetos implantados por tipo de atividade



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

No gráfico é possível verificar que é predominante o fomento nas atividades de comércio, seguido por serviços, que por sua vez reafirma o perfil econômico dos municípios dos projetos sediados. Destes financiamentos, 61,6% foram com a finalidade capital<sup>1</sup>, 37,5% misto<sup>2</sup> e 0,9% custeio<sup>3</sup>.

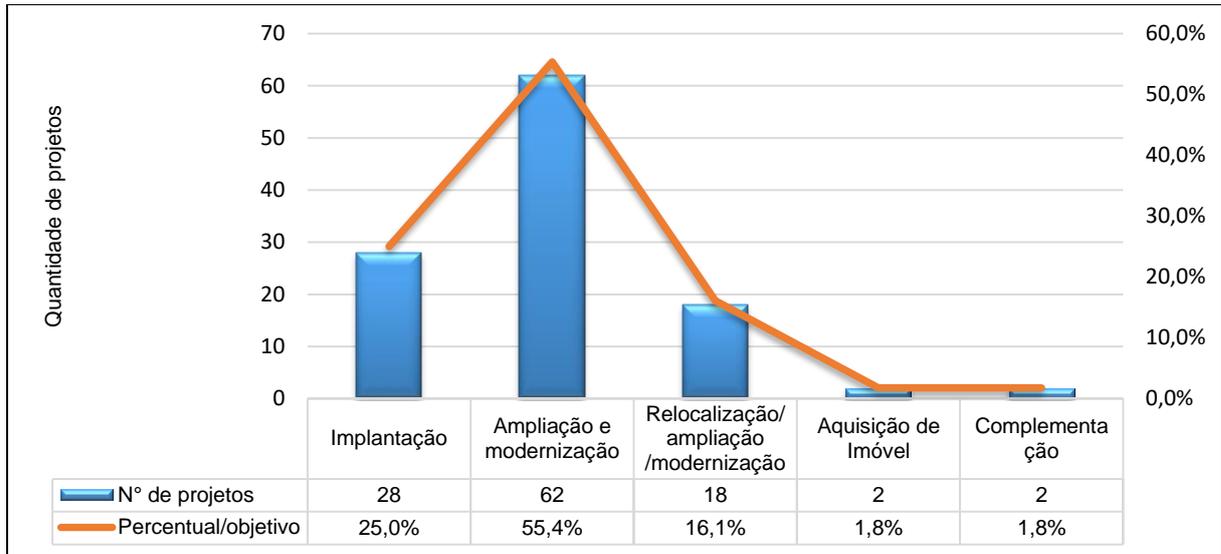
Os projetos submetidos para financiamento na linha do FNO em atividades não rurais, possuem finalidades específicas que fazem parte da condição de disponibilidade ao crédito, que são: implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e localização. Contudo, existem outras condições que são exclusivas do perfil do agente, como por exemplo o micro e pequeno empreendimento tem acesso a crédito para aquisição de imóvel – conforme regras institucionais do financiamento. Com base nessa condição, abaixo verifica-se as finalidades dos projetos analisados.

<sup>1</sup> Investimento em capital: direcionados à aquisição de máquinas

<sup>2</sup> Investimento misto: direcionado a composição do capital de giro + capital

<sup>3</sup> Investimento em custeio: direcionado a composição do capital de giro

Gráfico 3 - Distribuição dos projetos deferidos conforme objetivo do financiamento



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

Conforme demonstrado no gráfico 03, os maiores percentuais de projetos tiveram como finalidade para o financiamento a realocização/ampliação ou modernização do seu empreendimento, ou seja, decidiram dinamizar um negócio já existente com a finalidade de aumentar o seu poder de competitividade no mercado.

Além da perspectiva de modernização, é perceptível o significativo percentual de empreendimentos que foram implantados nesse período, com um número de 28 empresas investindo em implantação. Portanto, a implantação ou modernização e ampliação representam grande dinamismo no mercado local, seja ele diretamente por meio da empresa, ou mesmo indiretamente através do efeito multiplicador que as atividades possuem. Como por exemplo a injeção de investimentos no mercado local, como compra de matéria-prima, matérias para construção e reforma, geração de empregos, aumento de competitividade entre outros efeitos.

Uma das diretrizes do FNO está alinhando em priorizar as pequenas e microempresas da região com o objetivo de diminuir as disparidades existentes intrarregional com o intuito de impulsionar a economia local e dá condições de permanência desse pequeno empreendimento no mercado. Com isso, as empresas são classificadas pelo porte, que depende do nível de receita bruta operacional anual.

Tabela 3 - Classificação do porte das empresas proponentes a financiamentos

Porte da empresa	Receita Operacional Bruta Anual
Mini/Micro	Até R\$ 360.000
Pequeno	Acima de R\$ 360.000 e até R\$ 4.800.000
Pequeno-Médio	Acima de R\$ 4.800.000 e até R\$ 16.000.000
Médio I	Acima de R\$ 16.000.000 e até R\$ 90.000.000
Médio II	Acima de R\$ 90.000 e até R\$ 300.000.000
Grande	Acima de R\$ 300.000.000

Fonte: Banco da Amazônia (2023)

É importante enfatizar que a classificação é específica da linha de projetos não rurais do FNO, e, também ao longo dos anos ocorreram alterações em relação aos padrões de receitas não sendo uma definição fixa para todos os anos. Sendo assim, esse parâmetro de denominação de porte é possível compreender o perfil das empresas proponentes aos financiamentos que foram deferidos. Abaixo, apresenta-se o resultado do período de 1998 a 2020 das empresas que obtiveram projetos deferidos e implantados.

Tabela 4 - Classificação das empresas com projetos deferidos e implantados

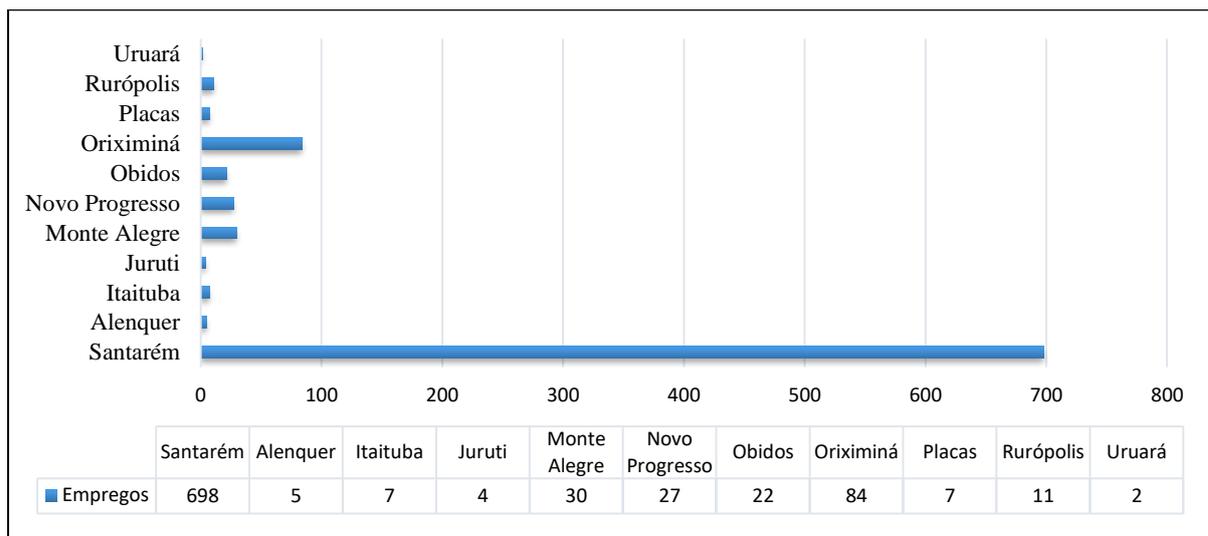
	Médio	Pequeno	Micro
<b>Santarém</b>	26	47	7
<b>Alenquer</b>	0	2	0
<b>Itaituba</b>	0	1	0
<b>Jurutí</b>	0	1	1
<b>Monte Alegre</b>	2	0	0
<b>Novo Progresso</b>	0	2	0
<b>Óbidos</b>	0	6	2
<b>Oriximiná</b>	1	4	0
<b>Placas</b>	0	4	1
<b>Rurópolis</b>	1	3	0
<b>Uruará</b>	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>71</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

Conforme tabela acima é possível visualizar que dos projetos implantados na região, cerca de 63% são de empresas de pequeno porte, 27% empresas de médio porte e apenas 10% de micro empreendimentos. Com esse resultado, observa-se que ainda possui pouca adesão por parte das microempresas às linhas de financiamentos. Essas dificuldades de acesso em relação as linhas de crédito serão abordadas com maior ênfase na próxima seção.

Com a análise dos 112 projetos é possível constatar o incentivo na geração de novos postos de empregos, que por sua vez reflete no impacto social positivo para região, visto que resulta no aumento de consumo das famílias, que também significa aumento da renda e acesso a recursos essenciais para melhor qualidade de vida. Abaixo tem-se o gráfico que apresenta esse impacto dos projetos nos municípios de implantação.

Gráfico 4 - Impacto dos projetos na geração de empregos locais



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos

O impacto de geração de novos postos de empregos resultantes da implantação de projetos econômico-financeiros é notável, principalmente no município de Santarém, visto que foram aproximadamente 698 empregos diretos, o segundo município foi Oriximiná com 84 empregos. Contudo, é importante salientar que o impacto mensurado com os projetos está relacionado diretamente com o planejamento do projeto, ou seja, uma estimativa, podendo ser inclusive maior esse número.

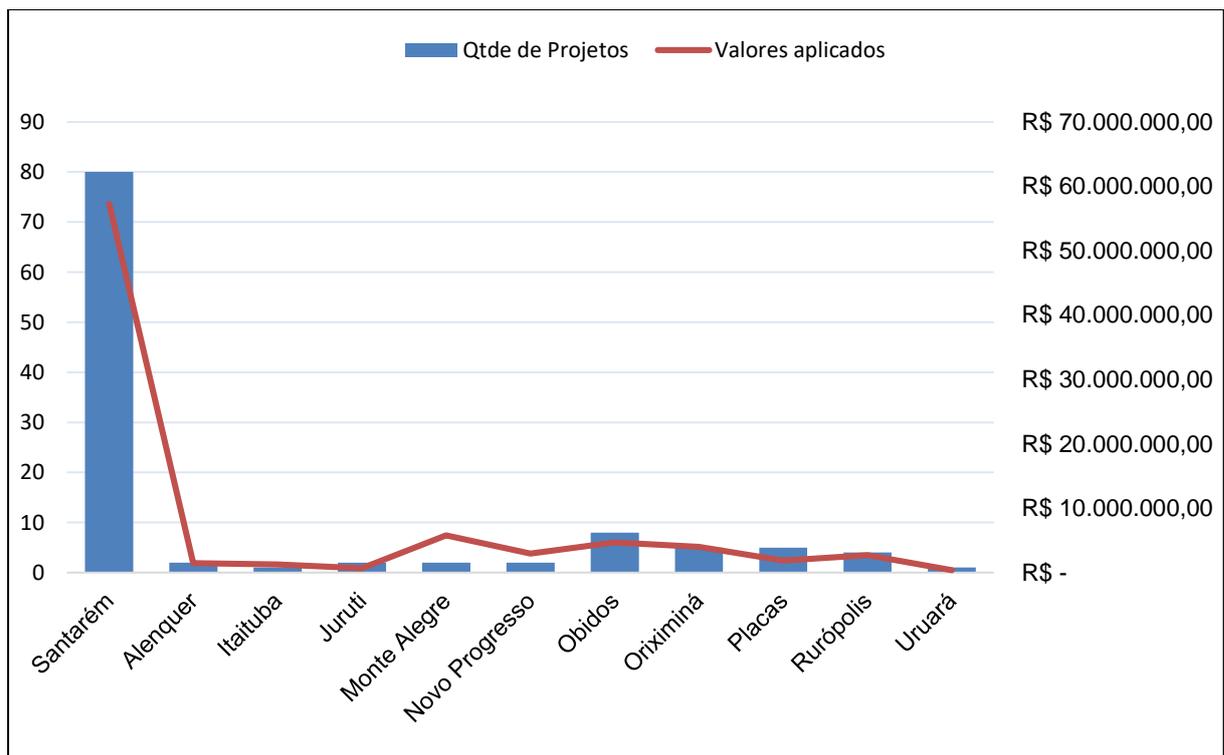
Apesar de um número significativo de empregos gerados, vale lembrar, que a análise aborda apenas o portfólio de uma empresa, ou seja, se fosse mensurar postos de

empregos gerados por meio do deferimento de projetos econômico-financeiro, essa estimativa aumentaria consideravelmente, além disso, não está incluso os empregos gerados indiretamente, o que de fato elevaria esse número ainda mais.

Em relação aos investimentos realizados nesse período, os 112 projetos analisados totalizaram o valor de R\$ 83.028.854,30 (oitenta e três milhões, vinte e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro e trinta centavos) injetados na região. Como já visto anteriormente, Santarém detém os maiores números de projetos, por isso, em valores também continua com o grande percentual de investimentos, representando cerca de 69% dos investimentos em projetos, os demais percentuais dividem-se entre os outros municípios (gráfico 05).

Esse expressivo número de projetos em Santarém, justifica-se pelo dinamismo da cidade, comparando-a com as demais, isto foi visto na seção anterior, que mostrou que o PIB do município está em quinto lugar no estado e seu IDHm é o maior dentre os municípios citados.

Gráfico 5 - Investimento em projetos econômico-financeiros/município



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos

Conforme gráfico 05, os maiores investimentos foram aplicados em Santarém, os demais projetos não alcançaram a margem de dez milhões, porém destaca-se os investimentos em Monte Alegre (R\$ 5.798.669,72), Óbidos (R\$ 4.701.535,24), Oriximiná (R\$ 3.990.543,96).

É nítido que o dinamismo de Santarém contribui para esse número, visto pelo tamanho populacional caracterizado na seção anterior, como também maior diversidade de atividades, quando comparada aos outros municípios. Contudo, é importante reforçar que apesar do percentual baixo de investimentos em outros municípios, a iniciativa e os investimentos contribuem para desenvolvimento local destes, principalmente em municípios menores, que necessitam desse suporte financeiro para fortalecer a economia local e aumentar a competitividade.

Como visto anteriormente, o grande volume de investimento contribui direta e indiretamente para criação de novos postos de empregos, além de injetar um folego no comércio local, por meio de aquisição de matéria-prima, prestação de serviços, maior arrecadação de impostos, que por sua vez transforma em investimentos a serviço público, ou seja, esse encadeamento de impactos reforça a importância dos projetos para o desenvolvimento regional, sendo assim, uma alternativa viável para a micro ou pequena empresa que possibilita impulsionar sua atividade.

Por outro lado, existem as dificuldades para elaboração desses projetos, que se iniciam, mas não são concluídos e nem mesmo submetido a análise do agente financeiro. Na próxima seção será abordada esses aspectos, as dificuldades para elaboração do projeto e a manutenção das empresas ao longo do tempo.

### **3.3 As dificuldades dos projetos a Longo Prazo**

Na seção anterior analisou-se o impacto dos projetos econômico-financeiros na região, com ênfase no município de Santarém dado o quantitativo de projetos implantados no respectivo. Todavia, apesar dos aspectos positivos, torna-se necessário investigar sobre o andamento desses projetos, ou seja, se de fato as empresas conseguiram cumprir a amortização no período especificado no projeto do financiamento e se continua em plena atividade.

Conforme análise da planilha de controle das empresas proponentes ao financiamento, verificou-se que 87% das empresas que tiveram projetos implantados continuam em pleno funcionamento e 13% encontram-se baixadas ou inativas. Na tabela 05, pode-se observar a situação dessas empresas relacionando-as com os municípios onde os projetos foram implantados.

Tabela 5 - Situação das empresas proponentes de projetos implantados

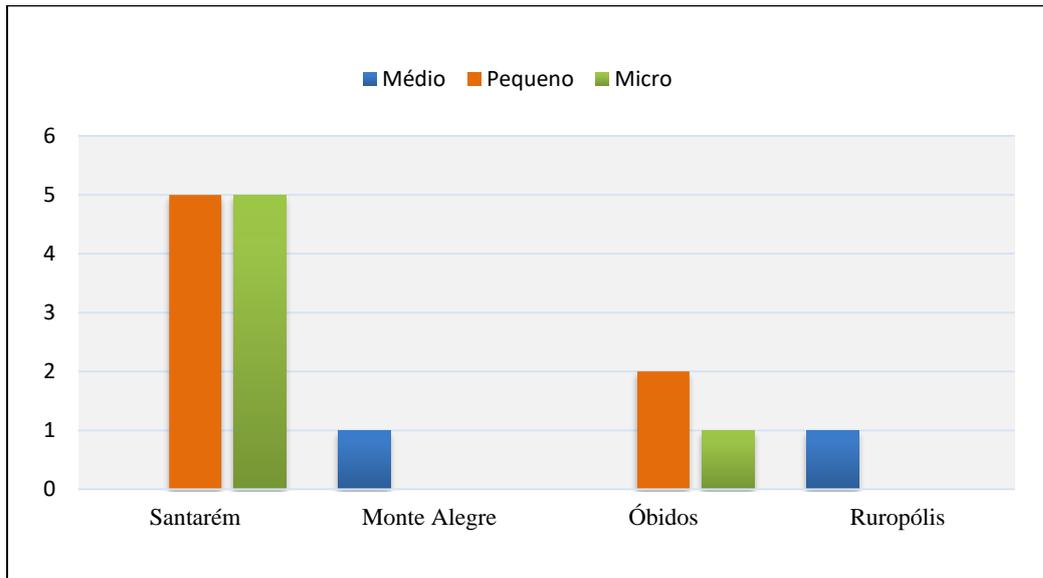
Município	Ativa	Baixada/inativa
Santarém	70	10
Alenquer	2	0
Itaituba	1	0
Juruti	2	0
Monte Alegre	1	1
Novo Progresso	2	0
Óbidos	5	3
Oriximiná	5	0
Placas	5	0
Rurópolis	3	1
Uruará	1	0
Total	97	15

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos

De acordo com os dados expostos acima observa-se que grande parte das empresas continuam ativas. O pequeno percentual de empresas baixadas ou inativas estão concentradas em Santarém, isso se justifica pela concentração de projetos nesse município, contudo, Óbidos não teve um bom resultado, considerando o número de projetos implantados, visto que três empresas encerraram suas atividades.

Conforme gráfico 06, das 15 empresas que tiveram suas atividades encerradas a maioria são de micro e pequeno portes. Desta forma, constata-se fragilidades em empreendimentos de menores portes.

Gráfico 6 - Empresas desativadas conforme o porte



Fonte: Elaborado a partir da análise dos dados da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos.

Conforme visto no gráfico acima cerca de 47% das empresas desativadas são de pequeno porte, 40% são de micro porte e apenas 13% de médio porte. A partir dessa análise do porte e situação, evidenciou-se que além das dificuldades das micro empresas acessarem o crédito por meio da elaboração de projetos, existe também a maior propensão dessas empresas, a longo prazo, não conseguirem manter suas atividades, isto constata-se a partir do conjunto de amostra de projetos elaborados pela empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos, pois foram apenas 11 empresas de porte micro que tiveram seus projetos deferidos e implantados e, quando observa-se a situação das empresas, das 15 inativadas, 06 (seis) eram microempresas.

Para o encerramento de empresas, existem vários fatores que podem contribuir, como crises na economia, falta de controle dos investimentos, endividamento, a concorrência, entre outros motivos. É importante destacar, que nos projetos econômico-financeiros são aplicados e descritos a sua viabilidade, tempo de amortização e lucratividade por meio das ferramentas da engenharia econômica, como forma de reduzir o risco sinistro tanto para o agente financeiro, quanto para própria empresa.

### 3.3.1 Análise crítica dos projetos não aprovados e/ou não concluídos

Conforme resultado apresentado na seção anterior, observou-se grande impacto positivo economicamente e socialmente. Dito isso, torna-se necessário identificar quais as dificuldades para implantação de projetos econômico-financeiros na região.

No período analisado foram 120 projetos implementados, todavia, durante esses anos apenas 10 projetos não foram aprovados e existiram diversos projetos que apenas iniciaram a fase de elaboração, mas não foram concluídos. A partir da experiência da empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos, com a elaboração e negociação juntamente aos empreendedores, foram traçados alguns aspectos que contribuem para não conclusão/desistência de implantação de projetos via financiamento público:

- 1) Falta de titularidade das terras, impedindo a oferta de garantia do crédito;
- 2) O elevado custo das despesas cartorárias;
- 3) As exigências na elaboração e o rigor da análise dos projetos;
- 4) Contabilidade falha / fora da realidade da empresa;
- 5) Falta de controle financeiro (registros de receitas e despesas) das micro e pequenas empresas, principalmente
- 6) Capital Social baixo

Esses entraves citados foram, mais frequentes, vistos nos projetos em elaboração, conforme informação da empresa analisada. A partir dessa análise pode-se observar que grande parte desses entraves são de cunhos burocráticos exigidos pela instituição financeira, como por exemplo as garantias do financiamento e regularização dos documentos e do investimento.

Estes fatores são vistos principalmente em empresas de pequeno porte que possuem maior dificuldade na gestão contábil. Esta questão impacta diretamente no cálculo de capacidade de pagamento, lucratividade e o tempo de retorno, como visto na seção anterior, pois visto que não se tem controle financeiro, como poderá se construir um fluxo de caixa?

Em relação a titularidade de terras, ainda se observa que a regularidade fundiária é um grande desafio na região amazônica, com isso, impacta diretamente na documentação da propriedade que será implantado o projeto, ou mesmo, que se qualificaria como garantia.

Outra análise importante é o sucesso da implantação do projeto, ou seja, é necessário melhorar o acompanhamento na aplicação do financiamento por parte da instituição financeira que propõe o crédito. Conforme resultados vistos, grande parte das empresas proponentes nos projetos financeiros, são empresas de pequeno porte, e precisam desse acompanhamento.

O rigor normativo da instituição financeira ainda é um entrave para aumentar o número de projetos para pequenas empresas, já que geralmente possuem pouco tempo de experiência, com isso também justifica a pouca aderência do FNO para empresas de micro e

pequeno porte, o que por sua vez impacta na concentração de recursos por parte de empresas maiores.

**Sendo assim, observa-se que apesar de grandes resultados que impactam no fortalecimento das economias locais e na geração de empregos, o acesso aos recursos do FNO ou mesmo a disseminação e capacitação para empresas pleitearem esse recurso ainda requer muitos ajustes para sanar as grandes dificuldades de se obter o crédito.**

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos projetos econômico-financeiros realizados pela empresa N. M. M. Figueira Consultoria e Projetos, foi possível constatar a importância destes projetos para a promoção do desenvolvimento regional, isto por meio da injeção de recursos em economias locais, a geração de renda, o aumento nos postos de trabalho, o que por sua vez possibilita as famílias terem acesso a direitos básicos que resultem na melhoria da qualidade de vida.

Com o aporte teórico sobre a trajetória de implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional é possível verificar a relevância dos investimentos do Fundo de Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), caracterizando-se com uma das ações para promoção do desenvolvimento e diminuição das disparidades entre regiões através do subsídio creditício para pequenas e grandes empresas da região (MACEDO, PIRES, SAMPAIO, 2017).

Conforme análise dos projetos, verificou-se que ocorreu elevado investimentos em 11 municípios do estado do Pará, com o total de R\$ 83.028.854,30 (oitenta e três milhões, vinte e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro e trinta centavos). Porém grande parte desse investimento se concentrou no município de Santarém. Macedo e Matos (2008) reforçam essa tendência de concentração de recursos em locais com maior dinamismo econômico, como é o caso de capitais e cidades de médio porte. Em relação às atividades econômicas observou-se que grande parte dos investimentos está concentrada em serviços e comércio, sendo projetos de modernização, ampliação, implantação ou aquisição de capital.

Além da valorização da economia local e aumento da competitividade, por meio de investimentos em projetos, ocorreu o incentivo na geração de novos postos de trabalho. No período analisado, foram criados 698 empregos diretos, o que por sua vez, contribuiu para o aumento do percentual da população ocupada nesses municípios, assim proporcionando melhorias na qualidade de vida da população.

Por outro lado, observou-se que ainda existem dificuldades para implantação ou permanência de projetos mediante ao financiamento público. Nos projetos analisados verificou-se que 15 empresas paralisaram ou encerraram suas atividades atualmente, sendo em maior número as empresas de micro e pequeno porte. Além disso, identificaram-se alguns pontos que poderiam dificultar a implantação ou submissão desses projetos, sendo a falta de garantia, o alto custo com serviços de cartórios, falha no controle financeiro e registros na contabilidade, entre outros.

Diante desse cenário, enfatiza-se a importância dessas informações para construção dos indicadores de avaliação e rentabilidade do projeto. Soldera e Kühn (2018) ressaltam que o fluxo de caixa é um dos instrumentos financeiros que são essenciais nos empreendimentos, pois através deste pode-se observar a movimentação financeira no decorrer do tempo, as entradas e saídas e assim ter controle do volume de produção em determinado período e assim ter informações suficientes da produção para elaborar a capacidade de amortização de empréstimos em determinado período.

Com os resultados obtidos é importante reforçar e disseminar o papel dos projetos econômico-financeiros na região Amazônica, sendo estratégica para alavancar a economia e atividades locais, assim valorizando a mão de obra local, principalmente, em municípios que possuem médio desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. D.O. **Teorias para o desenvolvimento**. In. Pesquisa FAPESP, Ago. 2018. Disponível: <https://revistapesquisa.fapesp.br/teorias-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 20/05/2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso:

BRASIL. Plano de Aplicação dos Recursos do FNO 2021. Disponível em:

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática**/ Cristovam Buarque; 8ª reimp;- Rio de Janeiro: Elsevier, 1994.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>. Acesso: 10/05/2022.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia. Belo Horizonte\_19 (2)\_227-249\_mai-agosto de 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000200001>. Acesso: 10/05/2022.

DINIZ, C. C. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades**. Revista Catarinense de Economia – RCE APEC – Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense 1º Semestre de 2017. Disponível em :< [www.apec.pro.br/rce](http://www.apec.pro.br/rce). Acesso em: 10/05/2022.

FERREIRA, R. G. **Engenharia econômica e avaliação de projetos de investimento: critérios de avaliação: financiamentos e benefícios fiscais: análise de sensibilidade e risco**. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 273 p., il. ISBN 9788522456680 (broch.). Acesso em: 12/09/2022

LIMA, A. C. D. C; SIMÕES, R. F. **Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil**. Disponível: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878> . Acesso: 10/05/2022.

LOUREIRO ET. AL. **Análise da viabilidade econômica da piscicultura em tanque escavado: estudo de caso no município de Tomé-Açu**. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais. Abr 2021 - v.12 - n.4 ISSN: 2179-6858. Disponível em: <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.004.0045> . Acesso em: 12/09/2022

MACEDO, F. C.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. **25 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional** . 257issn impreso 0250-7161 | issn digital 0717-6236 vol 43 | no 129 | mayo 2017 | pp. 257-277 | artículos | ©EURE. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v43n129/art12.pdf> . Acesso: 10/05/2022.

MACEDO, F. C.; MATTOS, N. E. O papel dos Fundos Constitucionais de

Financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. Disponível: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2181/0>

MELLE.A. **A visão financeira do Retorno do Investimento aplicada Ação de Otimização da Tecnologia da Exceção Quantificada**. Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – UNIFECA P-Mestrado em controladoria e contabilidade estratégica. Disponível em: [tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/588/1/Antonio\\_Celso\\_Aleixo.pdf](http://tede.fecap.br:8080/bitstream/tede/588/1/Antonio_Celso_Aleixo.pdf) : 15/09/2022.

MENDES, C.C.; MATTEO, M. Formação e Evolução do planejamento regional no Brasil. In: **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil** / organizadores: Bruno de Oliveira Cruz (et al). Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3008>. Acesso em: 10/05/2022.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do Pensamento Econômico Regional. In: **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil** / organizadores: Bruno de Oliveira Cruz (et al). Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3008>. Acesso em: 10/05/2022.

NAKANO, Y. **Engenharia econômica e desenvolvimento**. Rev. adm. empres. 7 (22) Mar 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901967000100005> . Acesso: 10/05/2022.

PORTUGAL, **Rodrigo História das políticas regionais no Brasil** / Rodrigo Portugal, Simone Affonso da Silva. – Brasília : IPEA, 2020. Disponível em: [//repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10276/1/HistoriaPolitRegioBraz.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10276/1/HistoriaPolitRegioBraz.pdf). Acesso: 15/09/2022.

RODRIGUES, B. S. **As três tipologias políticas do desenvolvimento-dependente na América Latina: contribuições para um debate contemporâneo**. REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 10 n. 2 (2020). Disponível: <https://orcid.org/0000-0002-6439-8359> . Acesso em: 10/05/2022.

SOLDERA, D.; KÜHN, D.D. **Indicadores de viabilidade financeira: considerações sobre instrumentos de análises**. WIVES, Daniela Garcez; KÜHN, Daniela Dias (Org.). Gestão e planejamento de agroindústrias familiares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 41-59 Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1859931>. Acesso: 15/09/2022.

STRACHOSKI, P. **Análise de viabilidade econômica de um projeto de Investimento em uma indústria de artefatos de Cimentos**. Universidade do extremo sul catarinense – unesc- Monografia do Curso de graduação em ciências contábeis. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/545/1/Patr%C3%ADcia%20Strachoski%20.pdf> Acesso: 15/09/2022.

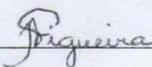
VILELA ET.AL. **Análise da viabilidade econômico-financeira de projeto de piscicultura em tanques escavado**. Disponível: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/426> . Acesso em: 15/09/2022.

WOILER, S. **Projetos: planejamento, elaboração, análise**. 2 ed. \_4ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013. Acesso: 15/09/2022.

**APÊNDICE I****DECLARAÇÃO**

Declaro para devidos fins que eu, **Neuba Maria Marinho Figueira**, autorizei o uso dos dados agregados dos projetos elaborados em meu escritório no período de 1998 a 2021, para uso exclusivo de elaboração da monografia da aluna **Andréa Lúcia Guimarães Carneiro**.

Santarém-PA, 10 de junho de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Neuba Maria Marinho Figueira